

Países redigem texto final sobre o que é preciso fazer contra aquecimento global

MONNEY, Chris; DENNIS, Brady; WATANABE, Phillippe. “Países redigem texto final sobre o que é preciso fazer contra aquecimento global”. Folha de São Paulo/Washington Post. São Paulo, 07 de outubro de 2018.

Esta semana, em Incheon, Coreia do Sul, representantes de mais de 130 países e cerca de 50 cientistas lotaram um centro de conferências para discutir linha a linha um relatório de alta importância. Que chance tem o planeta de manter a mudança do clima em nível moderado e controlável?

Quando eles não conseguem chegar a acordo, formam grupos de contato do lado de fora do salão principal, tentando chegar a um entendimento e levar o processo adiante. O objetivo é atingir um consenso sobre o que significaria — e o que seria necessário para — manter o aquecimento do planeta em apenas 1,5°C, e isso em um panorama de emissões recordes de gases causadores do efeito estufa continua a ser recorde.

“Estamos tratando de um documento com base científica, mas direcionado para ‘leitores’ —policy makers [tomadores de decisão]”, diz Thiago Mendes, membro da delegação brasileira no encontro para discussão do novo relatório. “O desafio é duplo. Traduzir ciência da mudança do clima para políticos em mensagens-chaves e a tradução de tais mensagens de forma inteligível para distintas culturas e realidades socioeconômicas.”

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), o órgão científico mundial definitivo para as questões de mudança do clima, ganhou um Prêmio Nobel da Paz uma década atrás e agora recebeu aquela que pode ser a tarefa mais difícil de sua história.

O órgão deve não só dizer aos governos o que sabe sobre a mudança no clima — mas o quanto eles nos levaram para perto do abismo. E, por implicação, em que medida os governos estão descumprindo as metas que estabeleceram para o planeta no Acordo de Paris sobre o clima, em 2015.

E esse —junto aos modelos de transição para conter o aquecimento até 1,5°C— é um dos pontos de maior discussão para a finalização do novo relatório, segundo foi relatado à Folha.

A meta de limitar a alta de temperatura a 1,5°C é a mais ambiciosa e severa do acordo, e foi adotada originalmente a pedido de pequenos países ilhéus e outras nações altamente vulneráveis. Mas ela passou a ser encarada por todos como uma proteção importante, agora que diversos efeitos severos da mudança do clima se fizeram sentir, nos últimos cinco anos, trazendo preocupações sobre os efeitos de um aquecimento ainda que apenas um pouco maior.

“Atualmente já estamos com aumento de quase 1°C [considerando os padrões climáticos pré-industriais] e as emissões continuam”, diz José Marengo, climatologista do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

(Cemaden) e um dos revisores do relatório. “Não queremos chegar aos 2°C de aumento e quanto menos melhor.”

Segundo Marengo, os países estão em busca de rever suas NDCs (metas voluntárias —as Contribuições Nacionalmente Determinadas). “Em muitos dos compromissos, os países se empolgaram demais e depois viram que não é fácil cumprir.”

Thelma Krug, vice-presidente do IPCC e pesquisadora do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), cita o exemplo da Arábia Saudita —amplamente dependente de petróleo—, que queria evitar que as discussões sobre NDCs entrassem na pauta da reunião.

Mesmo com um início de tratativas nada amistoso por parte da Arábia Saudita, foi possível dar prosseguimento às discussões, segundo Andréa Araújo, também membro da delegação brasileira.

Partes do planeta, como o Ártico, já se aqueceram em mais de 1,5°C, e estão passando por mudanças alarmantes. A Antártida e a Groenlândia, [cujas camadas de gelo] podem causar elevação de diversos metros no nível do mar, estão oscilando. Recifes de corais em todo o mundo estão morrendo em grande escala, o que sugere que um recurso planetário insubstituível pode em breve ser perdido.

É universalmente reconhecido que os compromissos assumidos em Paris conduziram a aquecimento bem superior a 1,5°C —mais próximo de 2°C ou 3°C, ou até maior. E isso foi antes de os Estados Unidos, segundo maior emissor de poluentes do planeta, decidirem abandonar o tratado.

“Claramente, a limitação do aquecimento em 1,5°C não é uma prioridade para eles [EUA]. Mesmo assim, estão participando ativamente e contribuindo em todos os assuntos”, diz Araújo.

“Os compromissos que os países assumiram como parte do acordo de Paris sobre o clima não nos levam para nem perto de onde precisamos estar”, diz Drew Shindell, especialista em clima da Universidade Duke e um dos autores do relatório do IPCC. “E os governos na verdade não implementaram ações que reduzam suas emissões de maneira nem de longe comensurável com aquilo que professam desejar”.

O novo relatório sobre o aquecimento de 1,5°C se integrará a um processo conhecido como “diálogo de Talanoa”, sob o qual os signatários do acordo de Paris começarão a considerar a grande disparidade entre aquilo que dizem e aquilo que estão de fato fazendo. O diálogo acontecerá em dezembro, na conferência anual das Nações Unidas sobre o clima, em Katowice, Polônia.

Mas não está claro que compromissos concretos podem resultar disso.

Em questão está aquilo que os cientistas chamam de “orçamento do carbono”: porque o dióxido de carbono persiste na atmosfera por tanto tempo, a quantidade dele que pode ser emitida antes que se torne impossível evitar um determinado aumento de temperatura, como a meta de 1,5°C, é limitada. E porque o mundo emite 41 bilhões de toneladas de dióxido de carbono por ano, se o orçamento restante for de 410 bilhões de toneladas (por exemplo), os cientistas poderiam dizer que restam 10 anos para que o orçamento seja consumido e alta de 1,5°C se torne inevitável.

“Imagine uma pessoa obesa. Ela para de comer amanhã, mas tem gordura de muitos anos.

Você pode parar as emissões agora, mas tem décadas de carbono na atmosfera que tem que ser eliminado”, diz o pesquisador do Cemaden, mostrando a dificuldade enfrentada para conter o aquecimento global.

A menos que as emissões comecem a cair - o que aumentaria o prazo. É por isso que os cenários para manter o aquecimento em no máximo 1,5°C requerem mudanças rápidas e profundas na maneira pela qual obtemos energia.

A janela agora pode ser de apenas 15 anos, ao ritmo atual de emissões, mas, porque não sabemos ao certo, de acordo com os pesquisadores, isso depende, na verdade, da margem de erro que estamos dispostos a nos conceder.

E se não pudermos cortar as emissões de outros gases —como o metano— ou se a camada de permafrost do Ártico começar a emitir grandes volumes de gases adicionais, o orçamento se reduziria ainda mais. “Seria um enorme desafio manter o aquecimento abaixo do limiar” de 1,5°C, diz Shindell, com franqueza. “Seria realmente uma tremenda carga”.

Mesmo assim, os representantes de países e cientistas presentes na reunião na Coreia do Sul tentar evitar um tom muito alarmista. “Apesar do relatório deixar evidente que as trajetórias que limitam o aquecimento em 1,5°C apresentam muitos desafios e podem ser bastante custosas, a decisão de seguir ou não essa trajetória deve ser tomada o mais rápido possível”, diz Mendes.

Trata-se de uma virada monumental em direção à descarbonização. Em 2030 — praticamente daqui a uma década— as emissões mundiais precisarão ter caído em cerca de 40%. Pela metade do século, as sociedades teriam de ter emissões líquidas zero. Como isso funcionaria? Em parte, incluiria coisas como o fim dos veículos a gasolina, o abandono das usinas de energia acionadas por carvão, e o uso de biocombustíveis para abastecer aviões, ele diz.

E é exatamente esse o ponto —manter o aquecimento em 1,5°C continua possível, mas só se o mundo passar por uma gigantesca transformação. Um rascunho inicial (vazado e publicado pelo site Climate Home News) sugere que os cenários futuros para um limite de aquecimento de 1,5°C requereriam uso maciço de tecnologias de remoção de dióxido de carbono do ar, para sepultamento sob a terra. Essas tecnologias ainda não existem, pelo menos não na escala que seria necessária. “Temos agora um número bem pequeno de caminhos [para o 1,5°C] que não envolvam remoção de carbono”, diz Jim Skea, que preside o Grupo de Trabalho 3 do IPCC e é professor do Imperial College de Londres.

Não está claro como os cientistas poderiam transmitir essa mensagem aos governos do planeta da melhor maneira - ou em que medida os governos estariam dispostos a ouvi-la.

Um rascunho anterior do texto do relatório afirmava que “há enorme risco” de que o mundo se aqueça mais que 1,5°C. Mas uma versão posterior, também vazada para o Climate Home News, parece ter abandonado essa posição, afirmando em lugar disso que “não existe resposta simples para a questão de se é possível limitar o aquecimento a 1,5°C... a viabilidade tem múltiplas dimensões que precisam ser consideradas simultânea e sistematicamente”. “Os tomadores de decisão querem ser o mais realistas o possível, mas também não querem ser muito negativos, porque pode gerar pânico na população, na bolsa de valores”, diz Marengo sobre aspectos que poderiam ser ainda mais prejudiciais à causa ambiental.

Nenhuma dessas versões é definitiva. É disso que trata esta semana de trabalho em Incheon —cujo objetivo é preparar o relatório para lançamento oficial na segunda-feira. “Creio que muitas pessoas ficariam felizes se estivéssemos mais adiantados do que estamos”, diz Lynn, do IPCC, na manhã de quarta-feira, em Incheon. “Mas em todas as sessões de aprovação [de relatórios] de que participei, e já foram cinco, esse foi sempre o caso. No fim, sempre chegamos lá”.